

## Senado incentiva inclusão social de deficientes

O presidente do Senado, José Sarney, assina convênio para adoção de medidas que incentivam a inclusão social de portadores de deficiência, como a admissão de estagiários e a publicação em braile da ordem do dia, que contém a pauta dos projetos em exame pela Casa.

Página 6

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.797 - Brasília, sexta-feira, 3 de outubro de 2003

## Senado faz nova proposta para a reforma tributária



Célio Azevedo

■ Líderes partidários se comprometem a simplificar tributos e racionalizar sistema de arrecadação

**D**e acordo com o texto divulgado pelos líderes, os eixos da nova proposta são: manutenção temporária da atual carga tributária, melhoria da competitividade da produção nacional, desoneração da cesta básica e dos medicamentos essenciais, e incentivo ao desenvolvimento regional. Romero Jucá foi escolhido relator da proposta na CCJ.

Página 3

**CONSENSO** Decisão de mudar proposta de reforma tributária foi tomada ontem pelos líderes de todas as bancadas parlamentares no Senado

## Petrobras recebe homenagem pelos 50 anos

Senadores destacam contribuição da empresa para a economia do país e a afirmação da nacionalidade, assim como sua atuação na área social e em defesa do meio ambiente. A ministra de Minas e Energia e o presidente da empresa comparecem à solenidade.

Páginas 4 e 5

Rosevelt Pinheiro



Tuma, Dilma, Sarney e Dutra ouvem o discurso de Ideli, que propôs a homenagem

## Transgênicos e Alca são tema de debates

Comissão de Relações Exteriores aprova audiências para discutir a situação dos transgênicos e as negociações sobre a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Também foi acolhido projeto que facilita a extradição.

Página 7

## Valmir Amaral aplaude porto seco no DF

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) cumprimentou o Ministério da Fazenda, em especial a Secretaria da Receita

Federal, pela construção do Porto Seco no Distrito Federal, prevista ainda para este ano. O projeto deve atender, segundo disse, produtores da Região Centro-Oeste, que poderão exportar mercadorias

sem a necessidade de passar por portos nos estados de São Paulo e Espírito Santo para embarcar as cargas.

– A tramitação burocrática, a estocagem, a seleção de mercadorias e o embarque serão realizados todos dentro do DF – explicou Valmir Amaral.

## Sarney propõe homenagem a João Paulo II

O senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE), na direção dos trabalhos do Plenário, leu ontem requerimento de autoria do presidente do Senado, José Sarney, para que o Congresso Nacional comemore o jubileu de prata do pontificado de João Paulo II.

De acordo com o requerimento, a solenidade está sendo proposta para o próximo dia 30, a partir das 18h, no Plenário do Senado.

A Mesa encaminhará o requerimento à Câmara dos Deputados, para consulta.

# Agenda



### Plenário realiza sessão não deliberativa

A sessão de hoje, com início previsto para as 9h, será destinada a comunicados da Mesa e a pronunciamentos dos parlamentares, sem votação de matérias. Os primeiros senadores inscritos para discursar na tribuna são Reginaldo Duarte (PSDB-CE) e Lúcia Vânia (PSDB-GO). A sessão pode ser acompanhada ao vivo pela TV e pela Rádio Senado.

### TV Senado transmite debate sobre gás natural

O programa *Cidadania* de hoje, às 19h30, exibe debate com o senador Delcídio Amaral (PT-MS) – foto – e com o presidente da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), Xisto Vieira Filho, sobre o uso do gás

natural como fonte alternativa de energia. As 20h30, o programa *Entrevista* ouve João Bosco Senra, secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, que fala sobre o problema da desertificação.



### Secretário do Tesouro fala à Comissão de Orçamento

Nesta terça-feira, às 15h, haverá reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para ouvir o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Vieira Ferreira Levy, que avalia o cumprimento das metas fiscais referentes ao segundo quadrimestre de 2003. O colegiado é presidido pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

### Conselho de Comunicação Social analisa relatórios



O Conselho de Comunicação Social reúne-se às 14h de segunda-feira para analisar relatórios sobre a situação da TV a cabo no Brasil e sobre o projeto que trata da outorga e renovação de concessão para

que sejam explorados serviços de radiodifusão (PLS nº 109/95). O conselho é um órgão auxiliar do Congresso Nacional, responsável por elaborar pareceres e discutir questões relativas à comunicação.

### Exposição lembra os 50 anos da Petrobras

Até o dia 10 de outubro, os 50 anos da Petrobras serão lembrados numa exposição no Salão Negro do Congresso Nacional. Além disso, na Senado Galeria, no Anexo I, acontece a exposição institucional do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo (Unilegis). O evento faz parte das comemorações dos 180 anos do Parlamento brasileiro.



### Informática no Legislativo

O 8º Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo (eni@), dirigido aos servidores públicos dos legislativos federal, estaduais e municipais, ocorrerá entre os dias 8 e 10 de outubro, no Salão Azul do Hotel Nacional, em Brasília. Paralelamente, será promovida a 7ª Feira de Produtos e Soluções em Informática. Informações pelo telefone (61) 348 8390.

### Inscrições para seminário

Nos dias 13 e 14 de novembro será realizado seminário em comemoração aos 180 anos do Legislativo. Além da cerimônia de abertura, com sessão especial do Congresso em homenagem ao Dia do Vereador, o evento contará com painéis dedicados à reforma política e ao pacto federativo. As inscrições podem ser feitas pela página: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## Sibá quer apurar denúncia contra o BB

Ao registrar que recebeu de lideranças sindicais denúncias de que o Banco do Brasil estaria criando obstáculos para liberação de recursos destinados à agricultura familiar, o senador Sibá Machado (PT-AC) pediu ontem a demissão imediata dos funcionários que estiverem envolvidos no caso. Ele informou que requeri-



Sibá relata que agricultoras não conseguem crédito

mento de sua autoria foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) convidando o presidente do banco, Cássio Casseb, e sindicalistas responsáveis pelas acusações para esclarecer o problema.

– Há denúncias de agricultoras humilhadas por gerentes do Banco do Brasil quando vão requerer crédito destinado a elas. Quero acreditar que Cássio Casseb desconhece esse tipo de atitude e que essa não seja a prática da instituição – afirmou.

## Motta comunica sua filiação ao PMDB

O senador João Batista Motta (ES) comunicou oficialmente ontem ao Plenário do Senado seu desligamento do Partido Popular Socialista (PPS). O parlamentar passará a integrar a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).



### Correção

Seixas Dória, ex-governador de Sergipe, que cumprimenta o presidente do Senado, José Sarney, foi identificado incorretamente em foto publicada ontem pelo *Jornal do Senado*, a respeito da homenagem ao 50º aniversário da Petrobras.

## JORNAL DO SENADO

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellina  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Adauto deve esclarecer denúncias à CFC

O ministro dos Transportes, Anderson Adauto, deve prestar esclarecimentos à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) sobre denúncias publicadas pela revista *IstoÉ*. Conforme as denúncias, ele estaria envolvido na cobrança de supostas propinas para liberar pagamentos atrasados ao consórcio que aluga lombadas eletrônicas para o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).

A decisão de ouvir o ministro foi tomada ontem pelos membros do colegiado ao aprovarem requerimento do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM).

A CFC, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), aprovou também requerimento do senador Efraim Morais (PFL-PB) solicitando informações ao ministro Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre a aplicação de recursos geridos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos estados.

Foi aprovado ainda requerimento do senador Duciomar Costa (PTB-PA) convidando o diretor-geral do Departamento Nacional de Transportes Terrestres (DNITT), José Antônio Silva Coutinho, para prestar esclarecimentos sobre a duplicação da rodovia BR-316, no trecho Belém-Castanhal, no Pará, que se encontra totalmente intransitável.

A comissão encaminhou ao arquivo dois avisos do Tribunal de Contas da União (TCU), relativos a auditorias na Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e nas obras de ampliação da capacidade da hidrelétrica de Tucuruí (PA). Os avisos são sempre arquivados quando a CFC decide não haver mais o que averiguar.



**AUDIÊNCIA** Requerimento convidando o ministro é de autoria de Arthur Virgílio



Fotos: Célio Azevedo

**CONSENSO** Documento divulgado ontem pelos líderes das bancadas na Casa contém os eixos fundamentais de uma reforma alternativa

# Líderes no Senado elaboram nova proposta de reforma tributária

■ Projeto mantém atual carga tributária, mas prevê condições para a sua redução ao longo do tempo

Os líderes de todas as bancadas no Senado apresentaram ontem um documento com os eixos fundamentais de uma nova proposta de reforma tributária, alternativa ao texto aprovado pela Câmara que começou a tramitar na Casa na última segunda-feira. De acordo com o texto divulgado, os principais pontos da nova proposta são: manutenção da atual carga tributária e a criação de condições para a sua redução ao longo do tempo; melhoria da competitividade da produção nacional por meio da desoneração dos bens de capital e das exportações; desoneração

da cesta básica e dos medicamentos essenciais; e incentivo ao desenvolvimento regional.

Conforme o texto, a carga tributária seria reduzida ao longo do tempo, a partir da estabilização da relação dívida/PIB (Produto Interno Bruto) em um patamar aceitável.

"No curto prazo, a manutenção da carga é essencial para preservar o equilíbrio fiscal e viabilizar a redução da dívida pública e da taxa de juros", reconhecem os líderes partidários no documento.

Um ponto fundamental é viabilizar a redução das desigualdades regionais. A ideia é estabelecer, no Orçamento da União e nos orçamentos de crédito das instituições públicas de fomento, metas específicas de crédito e investimento efetivo nas regiões de menor desenvolvimento - Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Os senadores pretendem as-

segurar, no conjunto da proposta, a Desvinculação de Receitas da União (DRU), a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e o Fundo de Compensação dos Estados e Municípios pela Desoneração das Exportações.

Esses itens, se aprovados, poderiam ser promulgados independentemente da aprovação dos demais dispositivos do texto. O motivo é o fato de o governo precisar de recursos decorrentes da DRU e da CPMF. O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que os senadores têm consciência de que os prazos são exíguos.

- Tem prevalecido o espírito público e o despojamento partidário - ressaltou Mercadante, confiante em que os prazos de tramitação não serão empecilho para a aprovação da reforma tributária.

## PEC será relatada por Romero Jucá

Após longas negociações entre as lideranças partidárias, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) foi indicado ontem como relator, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da proposta (PEC nº 74/2003) que institui a reforma tributária. Jucá receberá a colaboração dos senadores Fernando Bezerra (PTB-RN), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Osmar Dias (PDT-PR).

Durante toda a semana, esperava-se o anúncio, por parte do presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), de que o relatório da PEC ficaria a cargo de Jucá, indicado pelo PMDB. No entanto, o líder do PFL, senador José Agripino (RN), pretendia que a reforma fosse analisada por um colégio de relatores, que tratariam dos grandes temas da reforma. Já o líder do governo, senador Aloizio Mercadante, se mostrou favorável a que a relatoria ficasse com o PMDB, mas apresentou uma proposta intermediária, aceita pelos demais líderes, de criar um grupo técnico formado por senadores que prestaria apoio a Jucá.

Em entrevista concedida ontem, Romero Jucá reconheceu que a reforma tributária exige uma negociação complicada, por envolver "enormes impasses regionais".

## Texto acaba com guerra fiscal entre estados

A proposta de reforma tributária cujas bases fundamentais foram divulgadas ontem pelos líderes no Senado incluirá a simplificação de tributos e a racionalização do sistema de arrecadação. O texto de reforma assinado pelos líderes prevê redução do número de alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com bandas de variação que se ajustem às especificidades dos estados.

A maior novidade seria a diferenciação da base de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do ICMS.

"A partir dessas modificações, queremos resgatar o projeto original do ICMS, substituindo a perversa guerra fiscal por novos mecanismos creditícios e orçamentários de alocação de recursos", informam os líderes no documento.

Outra mudança seria a vinculação a investimentos em

transportes dos recursos arrecadados com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). O fundo seria gerido por uma câmara paritária, formada por representantes da União e dos estados e com a participação dos municípios. Seria implementado um Plano Nacional de Recuperação das Estradas.

As exportações devem ser desoneradas mediante a redução da cumulatividade das contribuições.



A contribuição da Petrobras para a economia do país e a afirmação da nacionalidade brasileira foi destacada ontem, pelos senadores, durante homenagem prestada à estatal. Os parlamentares também ressaltaram a atuação da empresa na área social e em defesa do meio ambiente.

## Senado comemora os 50 anos da Petrobras

Os 50 anos de criação da Petrobras foram comemorados ontem, em Plenário, pelo Senado Federal. Estiveram presentes a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, o presidente da empresa, José Eduardo Dutra, senadores e funcionários da estatal.

Autora do requerimento que resultou na homenagem, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) – foto – afirmou que “a Petrobras simboliza a energia do Brasil e conscientiza sobre os imensos interesses movidos pelo petróleo nos planos nacional e internacional”. Ela lembrou a campanha que os Estados Unidos desenvolveram desde a década de 40, tentando convencer o governo e a população brasileira de que não havia petróleo no país. O escritor Monteiro Lobato foi uma das vozes mais estridentes a advertir os brasileiros para os “gigantescos interesses encobertos em relatórios pseudocientíficos demonstan-



Fotos: Roosevelt Pinheiro

do não haver petróleo no país”, disse.

Segundo Ideli, enquanto Lobato alertava Getúlio Vargas para o unilateralismo da posição norte-americana, a Standard Oil escrevia ao presidente da República propondo a participação de multinacionais na produção de petróleo em solo brasileiro. Para regulamentar dispositivo da Constituição de 1946, o presidente Eurico Gaspar Dutra enviou ao Congresso o Estatuto do Petróleo, permitindo participação estrangeira em até 60% nas ações das empresas a serem criadas, lembrou a senadora.

Ideli destacou a campanha “O petróleo é nosso”, liderada por jovens e estudantes, que empolgou o país. Novamente presidente, Vargas retirou o estatuto em 1951, para enviar o projeto que gerou a Lei nº 2.004, de 3/1/53, criando a Petrobras.

### RODOLPHO TOURINHO



#### Mobilização em defesa do monopólio

Em sua homenagem à Petrobras, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) lembrou que a descoberta de petróleo no Brasil se deu no município de Lobato, na bacia do Recôncavo Baiano, no final da década de 30. A partir daí o país se mobilizou em defesa do monopólio estatal do petróleo, movimento que culminou com a campanha vitoriosa “O petróleo é nosso”.

A história da Petrobras, na avaliação do senador, se confunde com a afirmação da nacionalidade brasileira e com a demonstração da capacidade de luta e trabalho do brasileiro.

– Podemos dizer, sem risco de erro, que uma era a Bahia anterior à Petrobras, e outra passou a ser a Bahia depois dela. A Petrobras foi o nosso verdadeiro choque do petróleo – afirmou.

### DELCIDIO AMARAL

#### Momento de afirmação da nacionalidade

Ex-diretor de Gás e Energia da Petrobras, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) disse que a criação da estatal representou “um dos maiores momentos de afirmação da nacionalidade”.

Delcídio destacou o papel da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a eficiência das unidades da Petrobras espalhadas pelo território nacional, especialmente as refinarias e as plataformas marítimas, e o desenvolvimento de tecnologia própria.

– A dependência brasileira vem caindo ano a ano e passou de 45%, em 1997, para cerca de 10,3% em outubro do ano passado – ressaltou o parlamentar.

Ele lembrou que a empresa também desenvolve programas de excelência nas áreas ambiental e de desenvolvimento sustentável, segurança industrial e racionalização de energia.



### RENAN CALHEIROS



#### Auto-suficiência chegará até o ano de 2007

Os investimentos que a Petrobras vem realizando devem assegurar ao país, em 2007, a tão sonhada auto-suficiência em petróleo, afirmou o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL). A seu ver, a empresa é tão preparada que o fim do monopólio estatal do petróleo, aprovado no governo passado, em vez de afetá-la acabou por criar novas oportunidades de negócios.

– Se há no país uma empresa que integra a espinha dorsal da dignidade nacional, é a Petrobras. Sua história se confunde com a própria história do petróleo no Brasil – sustentou.

Ex-presidente da Petroquisa, uma subsidiária da Petrobras, Renan observou que as grandes descobertas de gás no país pela empresa mudarão aos poucos a matriz energética brasileira.

### JEFFERSON PÉRES

#### Campanha que se compara à da Abolição

Ao relatar a história da criação da empresa, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) revelou ter participado, ainda adolescente, da campanha “O petróleo é nosso”.

– Alguns falam sobre a Petrobras com conhecimento de causa, mas somente pessoas da minha faixa etária podem falar da Petrobras tangenciando a corda da emoção.

Segundo Jefferson, apenas a campanha abolicionista pode ter se igualado no Brasil à mobilização popular pela criação da empresa.

Por ironia da história, contou, coube ao udenista conservador Bilac Pinto apresentar o projeto definitivo que se tornaria a Lei nº 2.004, criando a empresa em regime de monopólio.

Jefferson observou que o projeto de Getúlio Vargas, eleito com votos da esquerda, não previa o monopólio.



### GARIBALDI ALVES



#### Atuação marcante na área social

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) elogiou a atuação da Petrobras na área social e as parcerias que a empresa firmou com o seu estado, o Rio Grande do Norte, “muito importantes para a economia local”.

– A história da Petrobras com o Rio Grande do Norte nem sempre foi amena ou agradável, e muitas vezes transcorreu entre tapas e beijos, mas tem sido fundamental – disse.

Garibaldi Alves salientou que os 50 anos da estatal serão comemorados pela população de seu estado com alegria e entusiasmo.

– A Petrobras demonstrou como ter uma atuação humanista, aumentando, por acordo com o governo, de 2 milhões para 4 milhões de metros cúbicos a produção de gás – informou o parlamentar.

### VALADARES

#### Diminuição das desigualdades entre as regiões

Os sergipanos têm razões de sobra para admirar a empresa símbolo da tecnologia de ponta do Brasil – sustentou o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), em seu discurso de homenagem à Petrobras.

Ele assinalou que a ação estratégica da estatal no Nordeste tem assegurado geração de renda e empregos para a região, e contribuído para diminuir as desigualdades regionais.

O senador lembrou que, num estado como Sergipe, onde o acesso à água sempre foi difícil, coube à Petrobras levar água do São Francisco para empreendimentos como a primeira fábrica de potássio da América Latina, bem como indústrias de amônia e uréia.

Valadares afirmou que a empresa atua com energia, responsabilidade social e preocupação com o meio ambiente.



Trajatória da Petrobras, desde a sua criação até os dias atuais, em que é uma das 20 maiores empresas do setor no mundo, transformou-se em símbolo da capacidade de trabalho e da criatividade do povo brasileiro. Ponto de vista foi manifestado por diversos senadores no Plenário.



## SIBÁ MACHADO



### Proteção do meio ambiente merece elogios

O senador Sibá Machado (PT-AC) disse que, após ter visitado as instalações da Petrobras no município de Coari (AM), a 370 quilômetros de Manaus, ficou ainda mais convencido da importância do trabalho da empresa para o país. Ele elogiou sobretudo a preocupação com as questões sociais e ambientais.

– Mesmo trabalhando no coração da Amazônia, a área continua praticamente intacta, a floresta não foi mexida. Constatamos isso através de sobrevôos e de imagens de satélite. Visitamos alguns poços e fomos informados que nenhuma pessoa recebe permissão para morar na área, em nome da preservação ambiental – afirmou Sibá.

A importância da Petrobras para a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico também foi destacada por Sibá Machado. Ele citou como exemplo a descoberta de uma bactéria, durante perfurações na Bacia de Campos (RJ), que se alimenta de gás sulfúrico e é capaz de resistir a temperaturas elevadas.

## EDUARDO SUPLYCY

### População confia no trabalho de José E. Dutra

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que a população brasileira tem “grande confiança” na administração de José Eduardo Dutra à frente da Petrobras, que comemora 50 anos de existência.

– Em todos os passos dados até agora, constatamos que está conseguindo aliar discernimento e bom senso na forma como vem conduzindo a Petrobras – afirmou Suplicy.

O senador entregou a José Eduardo Dutra o relatório anual de 2003 do Fundo Permanente do Alasca (programa de distribuição de renda) e pediu que a Petrobras estude uma forma de utilização dos *royalties* para distribuição da riqueza.

Suplicy havia sugerido igual providência ao brasileiro Sérgio Vieira de Melo, representante da ONU no Iraque, morto em atentado terrorista às instalações da organização em Bagdá na segunda quinzena de agosto.

De acordo com relato do diplomata, a sugestão teria sido muito bem aceita pelo governo iraquiano.



## MARCELO CRIVELLA



### Maior riqueza do Rio é também o maior castigo

“O petróleo é a maior riqueza do estado do Rio e seu maior castigo”, afirmou o senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que traçou um paralelo entre a situação do petróleo no Brasil e a difícil situação econômico-financeira do Rio de Janeiro, defendendo a construção da nova refinaria de petróleo da Petrobras no norte fluminense.

– O Rio oferece ao Brasil praticamente 80% de todo seu petróleo, tirado do mar na área em frente ao norte do estado. No entanto, o país pouco devolve ao estado do Rio, que vê sua situação piorar a cada dia – sustentou.

Em aparte, o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) disse acreditar que “o Brasil não vai faltar com o estado do Rio” e atenderá à reivindicação de instalar a refinaria, evitando que a região norte do estado se transforme “numa nova Serra Pelada”.

– Espero que o norte do Rio não se transforme em uma Serra Pelada, mas em uma Camaçari – afirmou Marcelo Crivella, referindo-se ao pólo petroquímico baiano.

## PEDRO SIMON

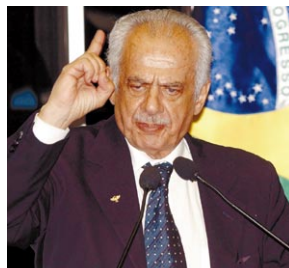
### Petrobras soube superar desafios com maestria

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a Petrobras é o exemplo da capacidade brasileira, pois é difícil encontrar uma empresa que tenha enfrentado tantos obstáculos e sabido superá-los com tamanha maestria.

Ao cumprimentar a empresa, na pessoa do presidente José Eduardo Dutra, Simon disse que, na verdade, saudava o povo brasileiro.

O senador lembrou que os jovens da época, que como ele lutaram pela criação da empresa, estavam equivocados quando pensavam que existia um mar de petróleo no país. Não existia, completou, mas o Brasil mostrou sua capacidade técnica, dando ao mundo o exemplo da busca do petróleo em águas profundas, conquistando praticamente a auto-suficiência.

Para enfatizar a importância da empresa, Simon lembrou que ela constava dos planos de privatização do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O Senado, então, se mobilizou e exigiu uma carta do presidente comprometendo-se a não privatizá-la.



## JOSÉ EDUARDO DUTRA



### Empresa investe US\$ 34 bilhões em quatro anos

O presidente da Petrobras, o ex-senador José Eduardo Dutra, anunciou investimentos de US\$ 34,3 bilhões até o ano 2007, sendo que 85% serão projetos executados aqui mesmo, no Brasil, e com 65% do financiamento junto ao mercado brasileiro, o que irá gerar cerca de 141 mil empregos. Dutra participou da sessão especial em homenagem aos 50 anos da Petrobras e foi convidado pelo presidente José Sarney a discursar.

Dutra disse que, embora política industrial seja responsabilidade do governo federal, a Petrobras não pode abdicar do papel de indutor, de apoiar a capacitação da indústria nacional.

– Além de manter a empresa competitiva, eficiente e lucrativa, porque isso é uma exigência do povo brasileiro, temos tentado enfatizar um outro pilar: a responsabilidade social – afirmou Dutra, que anunciou a disposição da empresa de destinar R\$ 300 milhões em quatro anos para o programa Petrobras Fome Zero.

## JOSÉ SARNEY

### Um símbolo da capacidade do povo brasileiro

O senador José Sarney disse que a Petrobras será para sempre um orgulho na história do Brasil, “um símbolo da capacidade do povo, a serviço da superação das nossas desigualdades e empenhada no desenvolvimento”. Sarney concordou com a definição dada pelo presidente da empresa, José Eduardo Dutra, que se referiu à Petrobras como um símbolo do país.

O senador afirmou que esteve entre os milhões de brasileiros que, no princípio dos anos 50, saíram às ruas na campanha “O petróleo é nosso”, em apoio à emenda congressional que resultou no monopólio estatal do combustível.

Sarney observou que sempre esteve ao lado das causas em defesa da Petrobras e que, quando foi presidente da República, o Brasil estava saindo da crise do petróleo, com um déficit de US\$ 10 bilhões na conta do combustível.

– Foi decisão nossa a estratégia de investir maciçamente na Petrobras. Ao final do meu governo, esse déficit tinha se reduzido a US\$ 3 bilhões.



## ▼ Gigante mundial possui 10 mil poços, 96 plataformas, 55 navios e 14 refinarias

Criada em outubro de 1953 após uma intensa campanha política que mobilizou todo o país, a Petróleo Brasileiro S.A. tornou-se, em apenas meio século de atuação, uma das 20 maio-

res empresas petrolíferas do mundo, detentora da mais avançada tecnologia de prospecção em águas profundas. Somente no ano passado a estatal faturou US\$ 22,6 bilhões em atividades de explo-

ração e produção de combustíveis, transporte (a empresa possui 55 navios-petroleiros), distribuição e, mais recentemente, em gás e produção de energia. No exterior, a Petrobras atua em nove países da

América Latina e África.

A estatal possui quase 10 mil poços em funcionamento e uma rede de 96 plataformas de extração de petróleo e gás. A produção petrolífera atual, no Brasil e no exterior, chega

a 1,7 milhão de barris por dia. Parte dessa produção é processada nas 14 refinarias espalhadas pelo país.

Apesar de ter surgido como uma empresa única, a Petrobras tornou-se, no decorrer

dos anos, uma *holding*, controlando atualmente 12 empresas, sendo que a mais conhecida é a BR Distribuidora, que possui uma rede de 7 mil postos de combustíveis no Brasil.

# Senado incentiva inclusão de deficientes

■ Ordem do dia em braille e vagas para estagiários portadores de deficiência são algumas das medidas

A publicação em braille da ordem do dia do Senado e a admissão de portadores de deficiência física como estagiários são algumas das medidas de incentivo à inclusão social anunciadas ontem pelo presidente José Sarney, ao assinar convênio com o Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (IBDD).

Sarney informou também que o Senado vai providenciar obras para melhorar as possibilidades de acesso dos portadores de deficiências a todas as suas dependências. Para a presidente do IBDD, Teresa Costa D'Amaral, o convênio é uma oportunidade de "trabalhar a



**PIONEIRISMO** Sarney avalia exemplar da ordem do dia do Senado impresso em braille

sensibilidade do Senado, e transformá-lo num exemplo pela inclusão do portador de deficiência". Teresa lembrou que, quando foi presidente da República, Sarney sancionou a lei que garantiu os direitos dos portadores de deficiência.

– Foi uma grande conquista, embora os direitos ali assegurados ainda estejam para ser concretizados a todos os 17 milhões de brasileiros portadores de deficiência, que hoje vivem numa exclusão, numa não-cidadania que é reforçada pelo

preconceito. A sociedade e o Estado ainda não evoluíram no sentido de dar essas garantias. Por isso, este convênio é muito importante, porque o Senado vai trabalhar na divulgação dessa situação, levando-a até a sociedade – disse.

Durante a solenidade de assinatura do convênio, o chefe do Serviço de Publicação em Braille da Secretaria de Publicações e Editoração do Senado, Paulo Brandão, leu para os presentes o primeiro exemplar da ordem do dia naquele código, que já está disponível a todos os deficientes visuais na entrada do Plenário, contendo a pauta dos projetos a serem apreciados a cada sessão deliberativa. O Senado lançou várias obras em braille, que são distribuídas às entidades interessadas.

O diretor do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Florian Madruga, informou que o presidente do Senado também determinou que os cursos do ILB e da Universidade do Legislativo (Unilegis) passem a ser oferecidos em braille e na língua de sinais para surdos, e cursos de braille estarão abertos para funcionários e deficientes visuais sem acesso a outras escolas.

## Sarney recebe sete ministros da Justiça

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem os participantes da 9ª Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa, acompanhados pelo anfitrião do encontro, o ministro brasileiro Márcio Thomaz Bastos. Sarney conversou com os visitantes sobre a evolução da comunidade de países de língua portuguesa, criada quando o senador ocupava a Presidência da República.

Bastos informou que a conferência está discutindo "temas difíceis", como troca de prisioneiros, repressão à lavagem de dinheiro e intercâmbio de informações sobre crimes transnacionais, mas disse estar certo de que as dificuldades serão superadas. "Esta reunião representa um grande avanço na cooperação", assegurou.

Estavam presentes os ministros da Justiça de Angola, Paulo Tjipilica; de Cabo Verde, Cristina Lopes Fontes Lima; de Moçambique, Antonio Eduardo Munete; de São Tomé e Príncipe, Justino Tavares da Veiga; de Timor Leste, Domingos Maria Sarmento, além do secretário de Estado Adjunto de Portugal, João Luis dos Reis Mota de Campos.

## Comissão discute projeto que propõe a criação de Parlamento no Mercosul

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul discutiu ontem, em reunião, a implantação do Parlamento do Mercosul, com base em anteprojeto elaborado por consultores do Congresso Nacional. O texto deverá ser comparado com projetos dos demais países do bloco econômico (Paraguai, Uruguai, Argentina) a fim de se estabelecer um modelo para um futuro parlamento comum.

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) destacou a importância da realização de "trabalho de bastidor" junto aos parlamentares dos países membros para que, na próxima reunião do Mercosul, exista maioria para aprovação da proposta. Zambiasi afirmou que o presidente do Uruguai, Jorge Batlle, apesar de oficialmente ser favorável ao Mercosul, em declarações à imprensa tem se posicionado contrário não só ao Parlamento do Mercosul, mas ao próprio mercado comum.

Na presidência dos trabalhos, o deputado Dr. Rosinha (PT-PR) concordou que os governantes dos países assumem, em público, posição favorável ao Parlamento do Mercosul, mas, nos bastidores, há resistências, especialmente do Uru-



**RESISTÊNCIAS** Senadores defenderam, durante a reunião, a necessidade de se buscar apoios à idéia de criação do Parlamento

guai. Ele considera que essas resistências podem ser superadas, desde que haja um limite máximo do número de parlamentares internacionais representando cada país. Os países menores, acrescentou, temem que o Brasil assumira a hegemonia total neste futuro parlamento.

### Temor dos pequenos

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) elogiou o anteprojeto preparado pela equipe de consultores do Senado e afirmou ter percebido também reação contrária por parte do Uruguai e do Paraguai ao Parlamento do Mercosul. De acordo com o senador, o temor desses países é que seja criada uma

entidade internacional que se sobreponha à soberania de cada um deles. Defendeu, porém, a necessidade de amplos debates sobre o assunto, lembrando que a criação do Parlamento Europeu levou mais de dez anos de discussão.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou a importância da aprovação do texto do acordo sobre residência para nacionais dos Estados integrantes do Mercosul, celebrado em 2002, enfatizando a necessidade de haver empenho para facilitar a residência em outros países de pessoas naturais dos Estados-partes do Mercosul, garantindo assim mais liberdade para os indivíduos.

## Secretário do Tesouro fala na terça-feira

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) confirmou, em reunião realizada ontem, o comparecimento do secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Joaquim Levy, para falar sobre o cumprimento das metas fiscais referentes ao segundo quadrimestre de 2003. Levy deve participar da reunião da comissão na próxima terça-feira, a partir das 15h.

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, foi convidado para falar à comissão no dia 28. Ele deve debater a avaliação do impacto dos custos fiscais decorrentes das políticas monetária, creditícia e cambial no primeiro semestre de 2003.

Na mesma reunião, a comissão aprovou um crédito suplementar de R\$ 27,21 milhões em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Cultura, do Esporte e do Turismo.

Waldemir Rodrigues



AUDIÊNCIAS Lista de debatedores foi escolhida a partir de sugestões de João Capiberibe (à direita)

## Comissão define participantes de discussões sobre a Alca

Uma série de audiências públicas será realizada até o fim do ano pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para debater as negociações sobre a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Com base em sugestões do senador João Capiberibe (PSB-AP), aprovadas ontem, a comissão definiu os nomes de especialistas e autoridades que participarão das discussões.

A primeira das reuniões, de acordo com o presidente da comissão, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), será realizada no dia 16 de outubro, em conjunto com a Comissão Parlamentar Mista do Mercosul, e

conterá com a presença do pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Fernando Rezende; do economista Paulo Nogueira Batista Júnior; do presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Antônio Ernesto de Salvo; e do co-presidente da comissão de negociação da Alca pelo lado brasileiro, Adhemar Bahadrian.

Capiberibe disse que sua proposta prevê um leque amplo de opiniões capaz de dar visão dos diversos setores da sociedade brasileira. Entre os outros nomes sugeridos por Capiberibe para participar das discussões, constam o líder do

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile; os embaixadores Samuel Pinheiro Guimarães e Rubens Ricúpero; o diretor da Confederação Nacional da Indústria (CNI) Osvaldo Moreira Duet; o vice-presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Mário Bernardini; e o assessor para assuntos internacionais da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia.

A CRE deverá realizar também sessão conjunta com a Comissão Parlamentar Mista do Mercosul a fim de debater o sistema tributário nos países do bloco econômico.

## Especialistas vão falar sobre transgênicos

Os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovaram requerimento dos senadores Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e Marco Maciel (PFL-PE) solicitando realização de audiência pública com a pesquisadora Maria Pilar Rodríguez, do Centro de Ingeniería Genética y Biotecnología (CIGB), de Havana, Cuba, para debater a situação dos alimentos transgênicos.

João Capiberibe (PSB-AP) sugeriu a inclusão de um pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) na audiência pública, enquanto Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu que a comissão tenha contato com opiniões favoráveis e contrárias aos transgênicos. A reunião deverá ser conjunta com a Co-

missão de Educação (CE), por sugestão do senador Hélio Costa (PMDB-MG).

Também foi aprovado parecer de Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) favorável a acordo de admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividade acadêmica nos países membros do Mercosul.

A CRE aprovou ainda parecer favorável de Jefferson Péres (PDT-AM) à instituição do Grupo Parlamentar China-Brasil, proposta por Alberto Silva (PMDB-PI).

O presidente da comissão, Eduardo Suplicy (PT-SP), anunciou que já está à disposição dos membros da CRE relatório sigiloso do ministro Celso Amorim (Relações Exteriores) sobre as propostas dos governos brasileiro e norte-americano



PESQUISA Marco Maciel propôs audiência pública com especialista cubana

no relativas ao processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

A CRE também acolheu parecer de João Ribeiro (PFL-TO) favorável ao acordo de cooperação entre Brasil e Bolívia para proibir o uso ilegal de substâncias químicas usadas no processamento de entorpecentes (PLS nº 522/2003).

# Projeto permite extradição antes do julgamento

Aprovada pela Comissão de Relações Exteriores proposta do ex-senador Carlos Wilson

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem parecer de Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) favorável ao projeto de autoria do ex-senador Carlos Wilson que altera o Estatuto do Estrangeiro. A proposta (PLS nº 21/2002) permite que, por autorização do presidente da República, possa haver extradição e julgamento de estrangeiro, que tenha praticado delito em solo brasileiro, antes do encerramento do processo penal ou de definição da pena.

Os senadores também aprovaram requerimento pedindo esclarecimentos ao ministro das Relações Exteriores sobre problemas vividos por brasileiros em Portugal.

Foi acatado requerimento de Marcelo Crivella (PL-RJ) com moção de apoio ao povo de São Tomé e Príncipe. Também de autoria de Crivella, em conjunto com João Capiberibe (PSB-



PARECER Gilberto Mestrinho manifestou-se a favor de maior facilidade para extradição

AP), foi aprovado voto de aplauso à embaixada do Brasil na Grã-Bretanha pelo êxito das negociações para repatriamento de brasileiro.

Hélio Costa (PMDB-MG), Aelton Freitas (PL-MG), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Heloísa Helena (PT-AL) externaram preocupação com brasileiros em dificuldades no exterior.

Foram aprovados ainda requerimentos de Jefferson Péres (PDT-AM) e José Agripino (PFL-RN) manifestando ao governo de Cuba a apreensão do Senado pela prisão do brasileiro Paulo Henrique Hilel.

## Normas para viagens de senadores geram debate

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional debateu ontem o modelo de indicação de nomes de senadores para representar o Senado em viagens internacionais. O presidente da CRE, Eduardo Suplicy (PT-SP), decidiu após as discussões que, quando houver interesse de membros da comissão em participar de eventos internacionais, a presidência do colegiado deverá apresentar ao presidente do Senado, José Sarney, uma lista com os nomes dos interessados. A recomendação para adoção dessa sistemática foi feita por Hélio Costa (PMDB-MG).

Jefferson Péres (PDT-AM) e Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriram a votação pelo Plenário de nomes de indicados para

representar o Senado em viagens ao exterior e também a exigência de o parlamentar apresentar relatório descrevendo a viagem realizada. Suplicy destacou que essa medida objetivaria apenas dar mais transparência à Casa e que a aprovação de viagens por deliberação do Plenário já está prevista no Regimento Interno.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) posicionou-se contra a obrigatoriedade de votação dos nomes dos indicados, pois, para ele, o presidente do Senado e os líderes devem ter liberdade de indicar os nomes. Já Heloísa Helena (PT-AL) sugeriu maior discussão sobre o assunto e Luiz Otávio (PMDB-PA) solicitou parecer da consultoria técnica da Casa sobre o tema.

Waldemir Rodrigues

# Brasil pode dar salto em tecnologia, afirma Maciel

O que falta é dinheiro para pesquisa, diz o senador, ao citar a riqueza da biodiversidade do país

O Brasil já tem condições de dar um salto qualitativo em ciência e tecnologia, mas não tem dinheiro para isso. A observação foi feita em discurso pelo senador Marco Maciel (PFL-PE), ao comentar a realização do 3º Congresso Brasileiro de Biossegurança (Anbio) e do 3º Seminário Latino-Americano de Produtos Transgênicos, realizado na semana passada, em Recife, do qual participou como convidado.

— Já temos a massa crítica necessária para tanto. O que nos falta são recursos financeiros e mercados. Acredito que a velocidade com que o conhecimento científico circula hoje no mundo terminará permitindo chegarmos à solução ideal, antes até do que esperamos.

Maciel ponderou que o prazo extenso exigido pelas pes-



**FONTE** Maciel observa que florestas tropicais impulsionam indústria farmacêutica

quisas é outro problema que países como o Brasil enfrentam. A soma de elevados investimentos e longa maturação acabam por concentrar em poucos centros especializados do mundo a pesquisa científica e tecnológica. No entanto, o Brasil dispõe da condição essencial para todo o processo, que são seus recursos biológicos e a sua rica biodiversidade.

Informou que, em 1993, 45%

do faturamento de mais de US\$ 140 bilhões da indústria farmacêutica dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico provinham de medicamentos cujos princípios ativos eram originários das florestas tropicais, como a da Amazônia.

O senador disse ainda que o congresso e o seminário de Recife contribuíram para consolidar cultura voltada para os desafios de compatibilizar ciência e ética, especialmente pelos avanços nas pesquisas de produtos transgênicos.

Na ocasião, foi prestada homenagem póstuma ao ex-deputado e sanitarista Sérgio Arouca, que ajudou Marco Maciel a elaborar o projeto sobre biossegurança — que se transformou na Lei 8.974/95. Também receberam homenagem o próprio Marco Maciel; o deputado federal Darcísio Perondi; o coordenador do Programa de Biossegurança da Organização Mundial da Saúde, Jonathan Richmond; e o secretário de Produção Rural de Pernambuco, Gabriel Alves Maciel.



**APOIO** Objetivo da proposta aprovada ontem pela CAS é viabilizar socorro a pessoas em regiões distantes de centros de saúde

## Nova regra para produção de soro contra veneno de cobra

Pelo menos 50% das doses de soro antiofídico para uso humano comercializadas ou distribuídas no país deverão estar sob a forma liofilizada. Por esse processo, é realizada a secagem do soro, não se exigindo, portanto, que ele seja conservado sob refrigeração, como ocorre atualmente.

A medida está prevista em emenda de Plenário do senador Tião Viana (PT-AC) ao Projeto de Lei nº 170/2002, de sua autoria, que recebeu parecer favorável ontem da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A emenda retirou dispositivo constante do projeto original que obrigava a venda do soro antiofídico liofilizado acompanhado com medicamento antialérgico. A proposta retorna

agora para exame do Plenário.

Apesar de reconhecer que o soro antiofídico produzido no país “é de excelente qualidade”, Viana observou que os laboratórios empregam tecnologia que exige conservação em refrigerador. Ele lembrou que a maior parte das mordidas de cobra ocorre no mato, longe desses recursos.

A CAS aprovou também requerimento de autoria de Sibá Machado (PT-AC) convidando o presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb Lima, e o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel José dos Santos, para falarem sobre o Plano Safra 2003. A data e o horário da audiência pública ainda serão marcados.

## Costa propõe desenvolver pesquisa com taxação de faculdades privadas

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) apresentou projeto de lei propondo a criação da Fundação de Pesquisa Universitária, a ser mantida pelas instituições de ensino superior privadas e destinada a promover desenvolvimento científico, pesquisa e capacitação tecnológica. Pelo projeto, a fundação será sustentada por 2% do faturamento bruto das universidades e institutos de educação superior particulares e 3% desse faturamento no caso dos centros universitários privados, sem qualquer investimento ou aporte de verbas públicas.

O senador ressaltou que recursos e capacitação técnica representam fatores essenciais para dotar o país de infra-estrutura indispensável de produção científica de qualidade e apta para atender às atividades de desenvolvimento tecnológico que terá o Brasil no século 21.



**CRÍTICA** Hélio Costa lamenta falta de apoio de instituições privadas ao esforço científico

“É para atender a essas necessidades que proponho a criação da fundação.”

Na avaliação de Hélio Costa, as universidades privadas no Brasil não estão colaborando com o esforço universitário de promover pesquisa pura e aplicada. Os poucos centros de excelência que existem no país são todos financiados pelo go-

verno ou desenvolvidos em laboratórios de grandes empresas multinacionais.

Com a criação da fundação, justificou o senador, será possível reverter também a atual situação de ausência quase absoluta de pesquisas nos cursos de extensão universitária das instituições privadas de ensino superior. Para ele, esse fato representa um contra-senso, uma vez que essas instituições são responsáveis pela formação de mais de 70% dos alunos de graduação e de pós-graduação do país.

O senador observou que, até hoje, as universidades particulares têm se limitado a atender exigências mínimas do Ministério da Educação e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para obterem o reconhecimento de cursos específicos de duração determinada.

## Duciomar Costa reivindica mais recursos para merenda

Um apelo ao governo federal por mais recursos para a merenda escolar foi feito ontem pelo senador Duciomar Costa (PTB-PA). Ele disse que, apesar do aumento no início do ano, de R\$ 0,06 para R\$ 0,13 por alunos matriculados na educação infantil, pré-escola e ensino fundamental, e de R\$ 0,13 para R\$ 0,18 por alunos matriculados em creches, os valores atualmente repassados aos estados e municípios continuam insuficientes para atender as necessidades das crianças.

O senador lembrou que crianças bem alimentadas produzem mais e melhor, têm maior agilidade mental, saúde e qualidade de vida.

— Educandos bem alimenta-



**REPERCUSSÃO** Duciomar lembrou efeitos da merenda no desenvolvimento das crianças

dos têm, indiscutivelmente, melhores chances de aprendizado — afirmou Duciomar Costa, aparteado pelos senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Marco Maciel (PFL-PE).